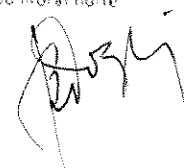
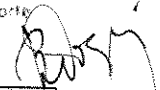


**ANEXO I - Condições específicas de elegibilidade**


Linha de Ação	<b>A. Qualificação de Operadores marítimo-turísticos do Litoral Norte</b>
<b>1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários</b>	<p>1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>i) Serem apresentadas por "Operadores marítimo-turísticos" (na aceção do RNT-Registo Nacional de Turismo), registados no Registo Nacional de Turismo (à data de submissão da candidatura) e localizadas no Litoral Norte (com sede ou representação formal, à data de submissão da candidatura);</p> <p>ii) Serem apresentadas por micro ou pequenas empresas criadas há mais de dois anos (contabilizados até à data limite de submissão da candidatura), considerando-se excluídas as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica.</p>
<b>2. Critérios de elegibilidade das operações</b>	<p>1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>i) Serem orientadas para o incentivo à qualificação de experiências de animação marítimo-turística no Litoral Norte, abrangendo, exclusivamente (de acordo com a terminologia adotada no RNT) a Qualificação de Operadores marítimo-turísticos;</p> <p>ii) Terem um investimento superior a 100.000 euros;</p> <p>iii) No caso de projetos que envolvem a criação de postos de trabalho, estes deverão ser localizados no território de abrangência do GAL Costeiro Litoral Norte;</p> <p>iii) Demonstrarem a respetiva viabilidade económica e financeira, através do EVEF-Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (Valor Atual Líquido (VAL) e Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) <math>\geq 0</math>);</p> <p>iv) Apresentarem obrigatoriamente 3 orçamentos e/ou faturas pró-forma discriminados em detalhe e com preços unitários (no caso de obras de construção civil, mapas de quantidades e preços) para cada uma das despesas previstas na candidatura, salvo em casos excecionais que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora. O montante que consta do orçamento da candidatura deve corresponder ao valor do orçamento / fatura pró-forma mais baixo, exceto em casos que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora;</p> <p>v) Apresentarem evidências da aprovação dos processos de licenciamento e autorizações de entidades competentes necessárias ao desenvolvimento do projeto;</p> <p>vi) Demonstrarem um rácio de autonomia financeira pré projeto, não inferior a 15%; (Para o cálculo da autonomia financeira será utilizado o balanço referente ao ano pré-projeto, ou um balanço intercalar posterior, certificado por um Revisor Oficial de Contas (ROC), reportado até à data da candidatura);</p> <p>O rácio de autonomia financeira é calculado através da seguinte fórmula, em que:</p> $AF = CPe / AT$ <p>AF – Autonomia financeira da empresa;</p> <p>CPe – Capital próprio da empresa, incluindo os suprimentos desde que estes venham a ser incorporados em capital próprio até à data da assinatura do termo de aceitação (o promotor deverá referir se pretende efetuar a incorporação dos suprimentos em capitais próprios, para efeitos de cálculo da autonomia financeira).</p> <p>AT – ativo total da empresa.</p>

Linha de Ação	A. Qualificação de Operadores marítimo-turísticos do Litoral Norte
<b>3. Regras e limites à elegibilidade das despesas</b>	<p><b>1.</b> De acordo com o disposto na OTE 2/2017 – Domínio “Reforço da competitividade do turismo” no âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis despesas associadas à qualificação operadores marítimo-turísticos (na aceção do RNT-Registo Nacional de Turismo) promotoras de experiências marítimo-turísticas no Litoral Norte, abrangendo, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Construção ou obras de adaptação / modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos, abrangendo, nomeadamente, entre outras, despesas orientadas para assegurar a acessibilidade de pessoas de mobilidade reduzida (bem como a qualquer outra limitação física, psíquica ou sensorial) às referidas experiências de animação marítimo-turísticas no Litoral Norte</li> <li>ii) Aquisição de equipamentos informáticos, hardware e software e criação de sítios na internet, relacionados com a atividade a desenvolver e sua instalação;</li> <li>iii) Aquisição de embarcações marítimo-turísticas;</li> <li>iv) Compra, adaptação e/ou apetrechamento de embarcações com vista à sua utilização no apoio à saúde de populações de acesso condicionado;</li> <li>v) Modernização de antigas embarcações para utilização no âmbito das experiências marítimo-turísticas;</li> <li>vi) Aquisição de equipamentos para a realização de desportos aquáticos e de pesca lúdica, incluindo, nomeadamente, embarcações ligeiras, pranchas, palamentas;</li> <li>vii) Criação de slogans, rótulos ou material publicitários necessários à realização de atividades promocionais, desde que não relacionados com marcas comerciais;</li> <li>viii) Despesas associadas à obtenção ou manutenção de certificação nacional ou internacionalmente reconhecida de qualidade, de segurança, ou de natureza ambiental ou energética dos principais serviços prestados pelas operadores marítimo-turísticos associados às referidas experiências.</li> </ul> <p><b>2.</b> No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária, as seguintes despesas encontram-se sujeitas aos limites seguintes, calculados em função do investimento total:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção ou obras de adaptação / modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos – 85%</li> </ul> <p><b>3.</b> No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária não são elegíveis quaisquer investimentos associados a “alojamento, restauração e similares”, mesmo que estejam eventualmente relacionados com as propostas de experiências de animação turística.</p>

Linha de Ação	B. Valorização dos produtos da pesca
1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários	1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas apresentadas por micro ou pequenas empresas criadas há mais de dois anos (contabilizados até à data limite de submissão da candidatura), considerando-se excluídas as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica.
2. Critérios de elegibilidade das operações	<p>1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>i) Serem orientadas para a criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a 2ª venda dos produtos da pesca e da aquicultura (venda a retalho ou ambulante).</p> <p>ii) No caso de projetos que envolvem a criação de postos de trabalho, estes deverão ser localizados no território de abrangência do GAL Costeiro Litoral Norte;</p> <p>iii) Demonstrarem a respetiva viabilidade económica e financeira, através do EVEF-Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (Valor Atual Líquido (VAL) e Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) <math>\geq 0</math>);</p> <p>iv) Apresentarem obrigatoriamente 3 orçamentos e/ou faturas pró-forma discriminados em detalhe e com preços unitários (no caso de obras de construção civil, mapas de quantidades e preços) para cada uma das despesas previstas na candidatura, salvo em casos excecionais que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora. O montante que consta do orçamento da candidatura deve corresponder ao valor do orçamento / fatura pró-forma mais baixo, exceto em casos que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora;</p> <p>v) Apresentarem evidências da aprovação dos processos de licenciamento e autorizações de entidades competentes necessárias ao desenvolvimento do projeto;</p> <p>vi) Demonstrarem um rácio de autonomia financeira pré projeto, não inferior a 15%; (Para o cálculo da autonomia financeira será utilizado o balanço referente ao ano pré -projeto, ou um balanço intercalar posterior, certificado por um Revisor Oficial de Contas (ROC), reportado até à data da candidatura);</p> <p>O rácio de autonomia financeira é calculado através da seguinte fórmula, em que:</p> $AF = CPe / AT$ <p>AF – Autonomia financeira da empresa;</p> <p>CPe – Capital próprio da empresa, incluindo os suprimentos desde que estes venham a ser incorporados em capital próprio até à data da assinatura do termo de aceitação (o promotor deverá referir se pretende efetuar a incorporação dos suprimentos em capitais próprios, para efeitos de cálculo da autonomia financeira).</p> <p>AT – ativo total da empresa.</p>
3. Regras e limites à elegibilidade das despesas	1. De acordo com o disposto na OTE 2/2017 – Domínio “Reforço da competitividade da pesca” no âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis despesas associadas à criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a 2ª venda dos produtos da pesca e da aquicultura (venda a retalho ou ambulante), abrangendo, nomeadamente:



Linha de Ação	B. Valorização dos produtos da pesca
	<p>i) Aquisição de viaturas adaptadas ao transporte de produtos alimentares sob temperatura dirigida;</p> <p>ii) Aquisição de contentores isotérmicos para transporte e armazenagem de pescado e de gelo;</p> <p>iii) Sistemas e equipamentos necessários ao processo de preparação, transformação, tratamento, conservação, acondicionamento e embalagem, armazenagem e comercialização de pescado;</p> <p>iv) Obras de adaptação / modernização de espaços para a instalação de unidades de transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura.</p> <p>iii) Despesas associadas à melhoria da promoção das características específicas dos produtos da pesca e da aquicultura desde que não relacionados com marcas comerciais, bem como à adoção de novas tecnologias para a organização, a gestão e a comercialização dos produtos;</p> <p>v) Despesas associadas à obtenção ou manutenção de certificação nacional ou internacionalmente reconhecida de qualidade, de segurança, ou de natureza ambiental ou energética dos principais serviços prestados ou produtos comercializados, com exceção dos obrigatórios para o exercício da atividade.</p> <p><b>2. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária, as seguintes despesas encontram-se sujeitas aos limites seguintes, calculados em função do investimento total:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obras de remodelação ou adaptação – 80%</li> <li>- Aquisição de viaturas – 80%</li> </ul>

*Diogo*

Linha de Ação	C. Melhoria da distribuição e comercialização de produtos da pesca e aquicultura
1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários	1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas apresentadas por micro ou pequenas empresas criadas há mais de dois anos (contabilizados até à data limite de submissão da candidatura), considerando-se excluídas as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica.
2. Critérios de elegibilidade das operações	<p>1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>i) Serem orientadas para a criação de novas metodologias e espaços de distribuição e de comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura (2ª venda), incluindo inovação e acesso a tecnologia de informação, designadamente na seguinte tipologia de ações:</p> <p>a) Criação de peixarias e/ou modernização de infraestruturas existentes, designadamente, modernização de mercados;</p> <p>b) Ações de promoção e de sensibilização para a comercialização de proximidade que permitem escoar e valorizar a produção local.</p> <p>ii) No caso de projetos que envolvem a criação de postos de trabalho, estes deverão ser localizados no território de abrangência do GAL Costeiro Litoral Norte;</p> <p>iii) Demonstrarem a respetiva viabilidade económica e financeira, através do EVEF-Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (Valor Atual Líquido (VAL) e Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) <math>\geq 0</math>);</p> <p>iv) Apresentarem obrigatoriamente 3 orçamentos e/ou faturas pró-forma discriminados em detalhe e com preços unitários (no caso de obras de construção civil, mapas de quantidades e preços) para cada uma das despesas previstas na candidatura, salvo em casos excecionais que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora. O montante que consta do orçamento da candidatura deve corresponder ao valor do orçamento / fatura pró-forma mais baixo, exceto em casos que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora;</p> <p>v) Apresentarem evidências da aprovação dos processos de licenciamento e autorizações de entidades competentes necessárias ao desenvolvimento do projeto;</p> <p>vi) Demonstrarem um rácio de autonomia financeira pré projeto, não inferior a 15%; (Para o cálculo da autonomia financeira será utilizado o balanço referente ao ano pré - projeto, ou um balanço intercalar posterior, certificado por um Revisor Oficial de Contas (ROC), reportado até à data da candidatura);</p> <p>O rácio de autonomia financeira é calculado através da seguinte fórmula, em que:</p> $AF = CPe / AT$ <p>AF – Autonomia financeira da empresa;</p> <p>CPe – Capital próprio da empresa, incluindo os suprimentos desde que estes venham a ser incorporados em capital próprio até à data da assinatura do termo de aceitação (o promotor deverá referir se pretende efetuar a incorporação dos suprimentos em capitais próprios, para efeitos de cálculo da autonomia financeira).</p> <p>AT – ativo total da empresa</p>
3. Regras e limites à elegibilidade das despesas	1. De acordo com o disposto na OTE 2/2017 – Domínio “Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar” são elegíveis despesas associadas à criação de novas metodologias e espaços de distribuição e de comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura (2ª venda), incluindo inovação e



Linha de Ação	<b>C. Melhoria da distribuição e comercialização de produtos da pesca e aquicultura</b>
	<p>acesso a tecnologia de informação, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Construção ou obras de adaptação/modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos;</li> <li>ii) Aquisição de equipamentos para preparação, embalagem e acondicionamento de produtos;</li> <li>iii) Aquisição de bancas de venda e sinalética;</li> <li>iv) Aquisição de viaturas adaptadas ao transporte de produtos alimentares sob temperatura dirigida;</li> <li>v) Aquisição de contentores isotérmicos para transporte e armazenagem de pescado e de gelo;</li> <li>vi) Conceção e produção de embalagens e rótulos;</li> <li>vii) Equipamento informático, incluindo o desenvolvimento de plataformas eletrónicas de comercialização e websites;</li> <li>viii) Despesas associadas à melhoria da promoção das características específicas dos produtos em questão desde que não relacionados com marcas comerciais, bem como à adoção de novas tecnologias para a organização, a gestão e a comercialização dos produtos;</li> <li>ix) Despesas associadas à obtenção ou manutenção de certificação nacional ou internacionalmente reconhecida de qualidade, de segurança, ou de natureza ambiental ou energética dos principais serviços prestados ou produtos comercializados, com exceção dos obrigatórios para o exercício da atividade.</li> </ul> <p><b>2. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária, as seguintes despesas encontram-se sujeitas aos limites seguintes, calculados em função do investimento total:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obras de remodelação ou adaptação – 80%</li> <li>- Aquisição de viaturas – 80%</li> </ul>

Viana do Castelo, 20 de dezembro de 2018

## Anexo II – Critérios de Seleção

## AT – Análise Técnica – 40%

A AT é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

CRITÉRIO/SUBCRITÉRIO DE ANÁLISE E SEUS DESCRITORES	PONDERAÇÃO	EVIDÊNCIA
<b>AT 1 - Qualidade da operação</b> <b>1.1 - Relação entre a estrutura de custos e os objetivos perseguidos</b> <b>1.2 - Qualificação dos recursos humanos</b> <b>1.3 - Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação</b>	<b>80%</b>	
<b>1.1 - Relação entre a estrutura de custos e os objetivos perseguidos</b> (Fundamentação dos investimentos e atividades a desenvolver, sua estruturação e adequação aos objetivos definidos)	<b>60%</b>	Balcão 2020; Memória Descritiva Complementar; Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (Investimentos superiores 50.000 euros); Orçamentos
<b>PONTUAÇÃO</b> <b>100. Elevado</b> - O projeto cumpre cumulativamente os seguintes requisitos: (i) Plano de investimentos fundamentado; (ii) O projeto apresenta uma identificação clara dos objetivos; (iii) O projeto apresenta indicadores mensuráveis, credíveis e relevantes; (iv) as atividades do projeto apresentam-se bem detalhadas, fundamentadas, estruturadas e são adequadas à prossecução dos objetivos definidos. <b>50. Médio</b> - Outras situações intermédias entre as classificações "Reduzido" e "Elevado" <b>0. Reduzido</b> - O projeto não cumpre cumulativamente os seguintes requisitos: (i) Plano de investimentos fundamentado; (ii) O projeto apresenta uma identificação clara dos objetivos; (iii) O projeto apresenta indicadores mensuráveis, credíveis e relevantes; (iv) as atividades do projeto apresentam-se bem detalhadas, fundamentadas, estruturadas e são adequadas à prossecução dos objetivos definidos.		
<b>1.2 - Qualificação dos recursos humanos</b> (Habilitações e a experiência profissional do coordenador de projeto afeto à gestão, coordenação e execução do projeto)	<b>20%</b>	
<b>PONTUAÇÃO</b> <b>100. Elevado</b> - O coordenador do projeto detém mais de 5 anos de experiência nas funções a desempenhar. <b>50. Médio</b> - O coordenador do projeto detém entre 1 a 5 anos de experiência nas funções a desempenhar ou evidencia ter habilitações para o exercício das funções a desempenhar. <b>0. Reduzido</b> - Outras situações não enquadráveis nas classificações "Elevado" e "Médio".		Balcão 2020; Memória Descritiva Complementar
<b>1.3 - Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação</b> (Adequação da equipa de projeto envolvida - recursos humanos existentes ou perfil técnico, no caso de recursos humanos a contratar – e meios materiais e físicos a afetar)	<b>20%</b>	
<b>PONTUAÇÃO</b> <b>100. Elevado</b> - O projeto cumpre cumulativamente os seguintes requisitos: (i) A equipa de projeto encontra-se identificada (recursos humanos existentes ou perfil técnico, no caso de recursos humanos a contratar), sendo adequada à execução do projeto (sustentada na descrição das suas qualificações, competências profissionais e funções a executar no projeto); (ii) Os meios físicos e materiais afetos ou a afetar encontram-se devidamente identificados e fundamentados. <b>50. Médio</b> - Outras situações intermédias entre as classificações "Reduzido" e "Elevado"		Balcão 2020; Memória Descritiva Complementar

**0. Reduzido** - O projeto não cumpre cumulativamente os seguintes requisitos: (i) A equipa de projeto encontra-se identificada (recursos humanos existentes ou perfil técnico, no caso de recursos humanos a contratar), sendo adequada à execução do projeto (sustentada na descrição das suas qualificações, competências profissionais e funções a executar no projeto); (ii) Os meios físicos e materiais afetos ou a afetar encontram-se devidamente identificados e fundamentados.

*Handwritten signature*

<b>AT 2 - Contributo da operação para os indicadores do programa</b>		
<b>2.1 - Criação e/ou manutenção emprego (ETL)</b>	<b>17,50</b>	
<b>2.2 - Criação de empresas</b>		
<b>2.1 - Criação e/ou manutenção emprego (ETL)</b>	<b>100%</b>	
<b>PONTUAÇÃO</b>		Balcão 2020; Memória Descritiva Complementar
<b>100. Elevado</b> - Criação 2 ou mais PT		
<b>50. Médio</b> - Criação 1 PT		
<b>0. Reduzido</b> - Outras situações não enquadráveis nas classificações "Elevado" e "Médio"		
<b>2.2 - Criação de empresas</b>	<b>0</b>	
<b>PONTUAÇÃO</b>	n/aplicável neste	n/aplicável neste
n/aplicável neste aviso	aviso	

<b>AT 3 - Operação prevê o acesso do público aos seus resultados</b>		
<b>3.1 - Interesse coletivo</b>	<b>2,5%</b>	
<b>3.2 - Beneficiário coletivo</b>		
<b>3.3 - Características inovadoras</b>		
<b>3.1 - Interesse coletivo</b>	n/aplicável neste	
<b>PONTUAÇÃO</b>	aviso	n/aplicável neste
n/aplicável neste aviso		
<b>3.2 - Beneficiário coletivo</b>	n/aplicável neste	
<b>PONTUAÇÃO</b>	aviso	n/aplicável neste
n/aplicável neste aviso		
<b>3.2 - Características inovadoras (aplicável apenas à tipologia de operações "A - Qualificação de Operadores marítimo-turísticos do Litoral Norte" do presente aviso)</b>	<b>100%</b>	Balcão 2020; Memória Descritiva Complementar
Percentagem do investimento em fatores dinâmicos de competitividade sobre o investimento elegível, abrangendo investimentos nas seguintes áreas:		
a) Sistemas de certificação da qualidade (quer dos processos quer dos equipamentos) b) Processos de certificação ambiental c) Processos de certificação da segurança		
Os investimentos que contribuam para a obtenção das Certificações deverão estar devidamente identificados e desagregados, na Memória Descritiva, devendo incluir a proposta de implementação e investimentos associados.		
<b>PONTUAÇÃO</b>	Apenas aplicável à Linha de Ação A - Qualificação de operadores marítimo- turísticos do presente Aviso	
<b>100. Elevado</b> - Percentagem do investimento em fatores dinâmicos de competitividade sobre o investimento elegível $\geq 10\%$		
<b>50. Médio</b> - Percentagem do investimento em fatores dinâmicos de competitividade sobre o investimento elegível $\geq 5\%$ e $< 10\%$		
<b>0. Reduzido</b> - Percentagem do investimento em fatores dinâmicos de competitividade sobre o investimento elegível $< 5\%$		



**VE – Análise Económica e Financeira – 50%**

A VE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

Para projetos com fins lucrativos  $\geq$  50.000 euros

CRITÉRIO/SUBCRITÉRIO DE ANÁLISE E SEUS DESCRITORES	PONDERAÇÃO	EVIDÊNCIA
<b>VE 1 – VAL</b> (Valor Atual Líquido)*	<b>0</b>	
n/aplicável neste aviso	n/aplicável neste aviso	n/aplicável neste aviso

<b>VE 2 – TIR</b> (Taxa Interna de Rentabilidade)*	<b>20%</b>	
<b>PONTUAÇÃO</b> 100. $TIR > REFI+4$ 60. $REFI+2 < TIR \leq REFI+4$ 20. $REFI \leq TIR \leq REFI+2$		Balcão 2020; Memória Descritiva Complementar; Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (Investimentos superiores ou iguais a 50.000 euros); Orçamentos

\*Nos termos do ponto 5.3.2.2. Análise económico-financeira do Manual de Procedimentos “a taxa interna de rentabilidade (TIR), a qual deve ser pelo menos igual à taxa de refinanciamento do Banco Central Europeu (REFI) do 1º dia útil do mês de apresentação da candidatura.”

<b>VE 3 – Perfil da Empresa/ Plano de Negócio</b> <b>(projetos com investimento igual ou superior a 50.000 euros)</b>		
<b>3.1 - Fundamentação e adequação do Plano de Negócios e Modelo Financeiro</b>	<b>80%</b>	
<b>3.2 - Capacidade de Financiamento – CF</b>		
<b>3.3 - Autonomia Financeira pré projeto</b>		
<b>3.1 - Fundamentação e adequação do Plano de Negócios e Modelo Financeiro</b>	<b>60%</b>	
<b>PONTUAÇÃO</b> <b>100. Elevado</b> – O projeto cumpre cumulativamente os seguintes requisitos: (i) O “Plano de Negócios”, além de conter todos os elementos solicitados (conferir alínea a) nos termos do ponto “D - Relativos à candidatura: componente financeira” do “Anexo V – Documentos a apresentar com a candidatura”), encontra-se devidamente fundamentado, explicitado e detalhado nas suas diversas componentes; (ii) O Modelo Financeiro do Plano de Negócios e as demonstrações financeiras previsionais, além de conter todos os quadros solicitados (conferir alínea a) nos termos do ponto “D - Relativos à candidatura: componente financeira” do “Anexo V – Documentos a apresentar com a candidatura”), encontram-se devidamente fundamentados, explicitados e detalhados nas suas diversas componentes <b>50. Médio</b> - Outras situações intermédias entre as classificações “Reduzido” e “Elevado” <b>0. Reduzido</b> - O projeto não assegura o cumprimento satisfatório dos seguintes requisitos: (i) O “Plano de Negócios”, além de conter todos os elementos solicitados (conferir alínea a) nos termos do ponto “D - Relativos à candidatura: componente financeira” do “Anexo V – Documentos a apresentar com a candidatura”), encontra-se devidamente fundamentado, explicitado e detalhado nas suas diversas componentes; (ii) O Modelo Financeiro do Plano de Negócios e as demonstrações financeiras previsionais, além de conter todos os quadros solicitados (conferir alínea a) nos termos do ponto “D - Relativos à candidatura: componente financeira” do “Anexo V – Documentos a apresentar com a candidatura”); encontram-se devidamente fundamentados, explicitados e detalhados nas suas diversas componentes.		Balcão 2020; “Memória Descritiva Complementar”; Documentos comprovativos das fontes de financiamento
<b>3.2 - Capacidade de Financiamento – CF</b> (CF=Capitais Próprios /Investimento Total)	<b>20%</b>	
<b>100.</b> Recursos Financeiros Cobertos por Capitais Próprios ≥ 50% <b>60.</b> Recursos Financeiros Cobertos por Capitais Próprios ≥ 15% e <50% <b>20.</b> Recursos Financeiros Cobertos por Capitais Próprios < 15%		Balcão 2020; “Memória Descritiva Complementar”; Documentos comprovativos das fontes de financiamento
<b>3.3 - Autonomia Financeira pré projeto</b>	<b>20%</b>	
<b>100.</b> Autonomia Financeira: ≥ 30% <b>60.</b> Autonomia Financeira: ≥ 20% e < 30 % <b>20.</b> Autonomia Financeira: ≥ 15 % e <20 %		Balcão 2020; “Memória Descritiva Complementar”; (Ver alínea vi) do nº 1 do ponto 2 – Critérios de elegibilidade das operações do Anexo I – Condições específicas de elegibilidade)

<b>VE 3 – Perfil da Empresa/ Plano de Negócio</b> <b>(projetos com investimento inferior a 50.000 euros)</b>		
<b>3.1 - Fundamentação e adequação do Plano de Negócios e Modelo Financeiro</b>	<b>80%</b>	
<b>3.2 - Capacidade de Financiamento – CF</b>		
<b>3.3 - Autonomia Financeira pré projeto</b>		
<b>3.1 - Fundamentação e adequação do Plano de Negócios e Modelo Financeiro</b>	<b>60%</b>	
<b>PONTUAÇÃO</b> <b>100. Elevado</b> - O “Plano de Negócios”, além de conter todos os elementos solicitados (Ver – Ponto IV – “Memória Descritiva Complementar”), encontra-se devidamente fundamentado, explicitado e detalhado nas suas diversas componentes <b>50. Médio</b> - Outras situações intermédias entre as classificações “Reduzido” e “Elevado” <b>0. Reduzido</b> - O “Plano de Negócios” (Ver – Ponto IV – “Memória Descritiva Complementar”) não se encontra satisfatoriamente fundamentado, explicitado e detalhado nas suas diversas componentes.		Balcão 2020; “Memória Descritiva Complementar”; Documentos comprovativos das fontes de financiamento
<b>3.2 - Capacidade de Financiamento – CF</b> <b>(CF=Capitais Próprios /Investimento Total)</b>	<b>20%</b>	
<b>100.</b> Recursos Financeiros Cobertos por Capitais Próprios $\geq 50\%$ <b>60.</b> Recursos Financeiros Cobertos por Capitais Próprios $\geq 15\%$ e $< 50\%$ <b>20.</b> Recursos Financeiros Cobertos por Capitais Próprios $< 15\%$		Balcão 2020; “Memória Descritiva Complementar”; Documentos comprovativos das fontes de financiamento
<b>3.3 - Autonomia Financeira pré projeto</b>	<b>20%</b>	
<b>100.</b> Autonomia Financeira: $\geq 30\%$ <b>60.</b> Autonomia Financeira: $\geq 20\%$ e $< 30\%$ <b>20.</b> Autonomia Financeira: $\geq 15\%$ e $< 20\%$		Balcão 2020; “Memória Descritiva Complementar”; (Ver alínea vi) do nº 1 do ponto 2 – Critérios de elegibilidade das operações do Anexo I – Condições específicas de elegibilidade)

**AE – Análise Estratégica – 10%**

A AE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

CRITÉRIO/SUBCRITÉRIO DE ANÁLISE E SEUS DESCRITORES	PONDERAÇÃO	EVIDÊNCIA
<b>AE 1 - Contribuição para os objetivos da EDL</b> (disponível no web site do GAL em: <a href="http://goo.gl/TdJwJW">goo.gl/TdJwJW</a> ) De acordo com os objetivos da EDL do Litoral Norte	<b>30%</b>	Balcão 2020; Memória Descritiva complementar”;
<b>PONTUAÇÃO</b> <b>100. Elevado</b> - O projeto apresenta evidências do enquadramento em mais do que 1 objetivo da Estratégia de Desenvolvimento Local do Litoral Norte <b>50. Médio</b> - O projeto apresenta evidências do enquadramento em 1 objetivo da Estratégia de Desenvolvimento Local do Litoral Norte <b>0. Reduzido</b> - O projeto não apresenta evidências do enquadramento na Estratégia de Desenvolvimento Local do Litoral Norte		
<b>AE 2 - Âmbito territorial</b> Impacto – regional ou local - do projeto: o projeto promove sinergias e complementaridades com agentes regionais (públicos, privados ou associativos) evidenciadas nomeadamente através da existência de protocolos e/ou parcerias	<b>70%</b>	Balcão 2020; Memória Descritiva complementar”; Evidências de parcerias”.
<b>PONTUAÇÃO</b> <b>100. Regional</b> - O projeto apresenta evidências de parcerias cujo âmbito de territorial abrange, regra geral, mais do que 1 concelho (com agentes (públicos, privados ou associativos) dos setores (principais e de setores complementares) mais relevantes para a adequada concretização dos seus objetivos. <b>50. Local</b> - O projeto apresenta evidências de parcerias cujo âmbito territorial abrange, regra geral, 1 concelho (com agentes (públicos, privados ou associativos) dos setores (principais e de setores complementares) mais relevantes para a adequada concretização dos seus objetivos. <b>0. Sem impacto</b> - O projeto não apresenta evidências de parcerias com agentes (públicos, privados ou associativos) dos setores (principais e de setores complementares) mais relevantes para a adequada concretização dos seus objetivos.		

Viana do Castelo, 20 de dezembro de 2018

Cofinanciado por:



UNIAO EUROPEIA  
Fundo Europeu  
Desenvolvimento e Inovação



GAL costeiro litoral norte  
grupo de ação costeiro do litoral norte

Parceiro-gestor:



CIMA alto minho  
Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

### Anexo III - Memória Descritiva Complementar

#### 1 - CARACTERIZAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

Breve historial da empresa (quando aplicável) assinalando:

i) O perfil dos seus sócios/fundadores, alterações ao capital social, participações e relações de grupo da empresa; ii) Os pontos chave na evolução da sua atividade; iii) Meios técnicos, físicos e humanos da empresa; iv) Os principais pontos fortes e pontos fracos da empresa face aos seus concorrentes; v) Principais clientes  
(máx 6.000 caracteres)



Cofinanciado por:



UNIAO EUROPEIA  
Fundos Europeus  
Estrutura e de Investimento



GAL costeiro litoral norte  
grupo de ação costeiro do litoral norte

Parceiro-gestor:



cim alto minho  
Sociedade Intermunicipal de Alta Tecnologia

## II - CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

Descrição do projeto, integrando os seguintes pontos:

i) Identificação dos objetivos gerais e específicos, ii) Mercado alvo, clientes, iii) Grau de inovação e diferenciação, designadamente territorial, iv) cumprimento do princípio de igualdade de oportunidades  
Deverá ser indicado de forma clara se trata-se de um projeto de criação, expansão ou modernização.

(máx 6.000 caracteres)

Cofinanciado por:



UNIAO EUROPEIA  
Fundos Europeus  
Cohesão e de crescimento



GAL Costeiro litoral norte  
grupo de ação costeiro do litoral norte

Parceiro-gestor:



cim alto minho  
comunidade intermunicipal do alto minho

*Handwritten signature*

### III - PLANO DE NEGÓCIOS - PROJETOS INFERIORES A 50.000 €

Plano de Negócios, integrando os seguintes pontos:

i) sumário executivo; ii) histórico da companhia e/ou dos promotores; iii) o mercado subjacente; iv) a nova ideia e o seu posicionamento no mercado; v) o projeto/produto/ideia; vi) estratégia comercial; vii) gestão e controlo do negócio; viii) investimento necessário.

(máx 6.000 caracteres)

Empty box for the business plan content.

Cofinanciado por:



UNÃO EUROPEIA  
FUNDO EUROPEU DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



G8L costeiro litoral norte  
grupo de ação costeiro do litoral norte

Parceiro-gestor:



cim alto minho  
CENTRO DE INOVAÇÃO E INVESTIMENTOS DO LITORAL NORTE

#### IV - AUTO-AVALIAÇÃO / CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

##### III.1. ANÁLISE TÉCNICA (AT)

###### AT 1 - Qualidade da operação

###### 1.1 - Relação entre a estrutura de custos e os objetivos perseguidos

(Fundamentação dos investimentos e atividades a desenvolver, sua estruturação e adequação aos objetivos definidos)  
(máx. 3.000 caracteres)

###### 1.2 - Qualificação dos recursos humanos

(Habilitações e a experiência profissional do coordenador de projeto afeto à gestão, coordenação e execução do projeto)  
(máx. 3.000 caracteres)

###### 1.3 - Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação

(Adequação da equipa de projeto envolvida - recursos humanos existentes ou perfil técnico, no caso de recursos humanos a contratar - e meios materiais e físicos a afetar)  
(máx. 3.000 caracteres)



Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
FUNDO EUROPEO DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



GAL Costeiro litoral norte  
grupo de ação costeira do litoral norte

Parceiro-gestor:



CIMA Alto Minho  
comunidade intermunicipal do alto minho

**AT 2 – Contributo da operação para os indicadores do programa**

**2.1 - Criação e/ou manutenção emprego (ETL)**  
(máx. 500 caracteres)

**AT 3 – Operação prevê o acesso do público aos seus resultados**

**3.3 - Características inovadoras (aplicável apenas à tipologia de operações "A – Qualificação de Operadores marítimo-turísticos do Litoral Norte" do presente aviso)**  
Percentagem do investimento em fatores dinâmicos de competitividade sobre o investimento elegível, abrangendo investimentos nas seguintes áreas:

- a) Sistemas de certificação de qualidade (quer dos processos quer dos equipamentos)
- b) Processos de certificação ambiental
- c) Processos de certificação de segurança

Os investimentos que contribuam para a obtenção das Certificações deverão estar devidamente identificados e desagregados, na Memória Descritiva, devendo incluir a proposta de implementação e investimentos associados.  
(máx 3000 caracteres)

III.2. ANÁLISE FINANCEIRA

VE 2 – TIR (Taxa Interna de Rentabilidade)  
(máx 3000 caracteres)

VE 3 – Perfil da Empresa/ Plano de Negócio (projetos com investimento igual ou superior a 50.000 euros)

3.1 - Fundamentação e adequação do Plano de Negócios e Modelo Financeiro  
(máx. 3000 caracteres)

3.2 - Capacidade de Financiamento – CF  
(CF= Capitais Próprios /Investimento Total)  
(máx. 3000 caracteres)

Cofinanciado por:



UNião Europeia  
Fundos Europeus  
Estruturais e de Investimento



GAL. costeiro litoral norte  
grupo de ação costeiro do litoral norte

Parceiro-gestor:



cim alto minho  
comunidade intermunicipal do alto minho

**3.3 - Autonomia Financeira pré projeto**  
(máx. 3000 caracteres)

**VE 3 – Perfil da Empresa/ Plano de Negócio (projetos com investimento inferior a 50.000 euros)**

**3.1 - Fundamentação e adequação do Plano de Negócios**  
(máx. 3000 caracteres)

**3.2 - Capacidade de Financiamento – CF**  
(CF= Capitais Próprios / Investimento Total)  
(máx. 3000 caracteres)



Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundos Europeus  
CRESCIMENTO E EMPREGO



GAL costeiro litoral norte  
grupo de ação costeiro do litoral norte

Parceiro-gestor:



cim alto minho  
Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

3.3 - Autonomia Financeira pré projeto  
(máx. 3000 caracteres)

Area for project description (3.3 - Autonomia Financeira pré projeto).

Cofinanciado por:



UNIAO EUROPEIA  
Fundo Europeu  
Estrutural e de Investimento



**GAL costeiro litoral norte**  
grupo de ação costeiro do litoral norte

Parceiro-gestor:



**cim alto minho**  
centro intermunicipal de alto minho

### III.3. ANÁLISE ESTRATÉGICA

**AE 1 - Contribuição para os objetivos da EDL (disponível no web site do GAL em: [goo.gl/Td3w3W](https://goo.gl/Td3w3W))**  
De acordo com os objetivos da EDL do Litoral Norte  
(máx 6000 caracteres)

### **AE 2 - Âmbito territorial**

Impacto – regional ou local - do projeto: o projeto promove sinergias e complementaridades com agentes regionais (públicos, privados ou associativos) evidenciadas nomeadamente através da existência de protocolos e/ou parcerias  
(máx 6000 caracteres)

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundos Europeus  
Estruturais e de Investimento



GAL costeiro litoral norte  
grupo de ação costeiro do litoral norte

Parceiro-gestor:



cim alto minho  
comunidade intermunicipal do alto minho

## ANEXO IV - Documentos a apresentar com a Candidatura

### Documentos Gerais a anexar à candidatura

#### I - Documentos obrigatórios à data de submissão da candidatura

##### A - Relativos ao Beneficiário

1 - O beneficiário deverá estar legalmente constituído	Cf. Declaração das Finanças de início de atividade; Fotocópia do NIPC; Documento Comprovativo da CAE principal e CAE's secundárias; Certidão Permanente da empresa; Fotocópia do BI ou Cartão de Cidadão de quem obriga a entidade; Número de identificação do IFAP (NIFAP); Credencial emitida pelo INSCOOP - Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo (quando aplicável).
2 - Declaração de consentimento de reprodução do Cartão de Cidadão.	Cf. Modelo de declaração de consentimento prevista no "Anexo VII - Declaração de Consentimento"
3 - Declarações da Autoridade Tributária e da Segurança Social, atestando que o(s) beneficiário(s) têm regularizada a sua situação tributária e contributiva (ou autorizações de consulta em nome da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho - NIF 508754496)	Cf. Autorizações de consulta ou declarações válidas.

##### B - Relativos à Candidatura: Transversais

4 - Memória Descritiva complementar (caracterização do beneficiário; caracterização da operação; critérios de auto-avaliação)	Cf. Modelo de Memória Descritiva em anexo em formato PDF e em formato Excel (Anexo IV do Aviso). Devem ser respeitados os limites de caracteres indicados para cada ponto, não sendo possível anexar documentos adicionais.
5 - Documentação comprovativa da obtenção dos licenciamentos necessários à realização do projeto, sempre que aplicável	Cf. Evidência dos documentos de licenciamento/autorização (quando aplicável).
6 - Para as intervenções de carácter infraestrutural, Extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM com a área de intervenção da Operação individual em causa implantada, se aplicável.	Cf. Extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM
7 - No caso de projetos infraestruturais, planta de localização do projeto: este documento de ser configurado em tamanho A4, que permita ter uma perceção geral da implantação da zona a intervir com a operação abrangida na candidatura;	Cf. Planta de localização.
8 - Quando projetos infraestruturais, fotografias, em número máximo de 6 (seis), que sejam elucidativas quanto à situação física da área e/ou edificado a intervir, em data prévia à concretização do investimento objeto da candidatura, se aplicável;	Cf. Fotos anexas à candidatura
9 - No caso de Projetos Infraestruturais, licença que comprove que está devidamente salvaguardada a legitimidade do beneficiário para intervir no espaço;	Legitimidade de intervenção no Espaço no mínimo, pelo período da intervenção de três anos para PME e cinco anos nos restantes casos, após finalização do projeto, aferido através de Registo Predial e/ou Caderneta Predial, contrato de arrendamento, licença camarária ou outro equiparado.
10 - Apresentação de orçamentos de fundamentação da proposta de investimento	Cf. Apresentação obrigatória de 3 orçamentos e/ou faturas pró-forma discriminados em detalhe e com preços unitários (no caso de obras de construção civil, mapas de quantidades e preços) para cada uma das despesas previstas na candidatura, salvo em casos excecionais que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora. O montante a integrar no orçamento da candidatura deve corresponder ao valor do orçamento / fatura pró-forma mais baixo, exceto em casos que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora;
11 - Para as intervenções de carácter infraestrutural, deve ser apresentado projeto técnico de execução (cortes, plantas e alçadas devidamente identificadas, memória descritiva do(s) projeto(s) de especialidades e mapa de medições/orçamento(s) e caderno de encargos	Cf. Projecto Técnico de execução

##### C - Relativos à Candidatura: Criação de Emprego

12 - Comprovativo do número de trabalhadores da empresa no ano pré-projeto.	Cf. Último Extrato da Declaração Mensal de Remunerações (DMR). Nota: com base nos trabalhadores existentes (pré-projeto), afere-se a criação de postos de trabalho a criar (pós-projeto).
---	---

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundos Europeus  
Estruturais e de Investimento



GAL costeiro litoral norte  
grupo de ação costeiro do litoral norte

Parceiro-gestor:



cim alto minho  
comunidade intermunicipal do alto minho

*[Handwritten signature]*

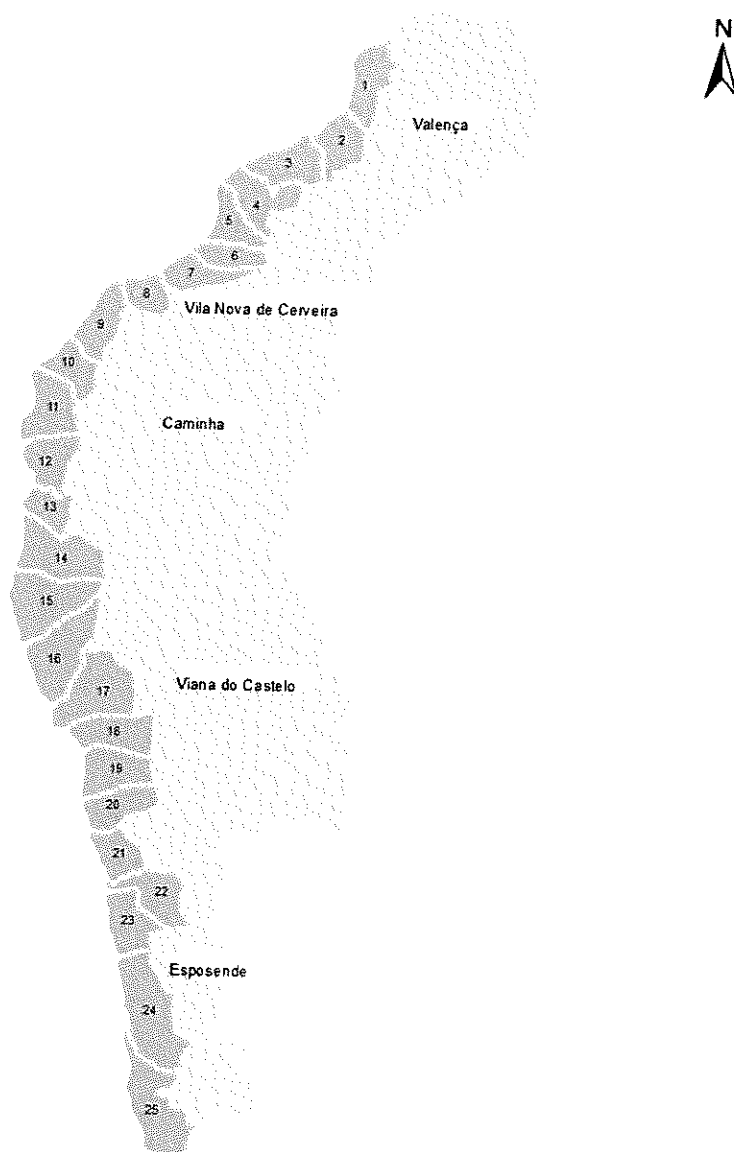
## ANEXO IV - Documentos a apresentar com a Candidatura

### D - Relativos à Candidatura: Componente Financeira

<p>13 - Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) - Projetos ≥ 50.000€ de investimento</p>	<p>1. Cf. Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) elaborado ou validado por entidade credenciada da rede do IEPF de Entidades Prestadoras de Apoio à Criação e Consolidação de Projetos Empresariais da área de influência do respetivo Município, devendo incluir:</p> <p>a) "Plano de Negócios" é um plano base, essencial para a estruturação (...) de uma nova ideia de negócios. Deve ser um plano que se foque nas linhas essenciais do projeto, que defina a alocação dos vários tipos de recursos, que esteja concebido para concretizar a ideia que se pretende implementar (...)" (in: Guia Explicativo para a Criação do Plano de Negócios e do seu Modelo Financeiro; IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. Abril 2016). O Plano de Negócios deverá conter nomeadamente os seguintes pontos: (i) sumário executivo; (ii) histórico da companhia e/ou dos promotores; (iii) o mercado subjacente; (iv) a nova ideia e o seu posicionamento no mercado; (v) o projeto/produto/ideia; (vi) estratégia comercial; (vii) gestão e controlo do negócio; (viii) investimento necessário; (ix) projeções financeiras/modelo financeiro;</p> <p>b) O Modelo Financeiro do Plano de Negócios e as demonstrações financeiras previsionais devem conter nomeadamente os seguintes quadros: (i) pressupostos; (ii) projeções de vendas ou volume de negócios; (iii) mapa de custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas; (iv) fornecimento e serviços externos; (v) custos com o pessoal; (vi) investimentos; (vii) investimento em fundo de maneo necessário (viii) financiamento (ix) demonstração de resultados; (x) balanços; (xi) indicadores económico-financeiros.</p>
<p>14 - Deverá ser demonstrada que se encontram asseguradas as fontes de financiamento, por Capitais Próprios, aumento do Capital Social, Suprimentos, Autofinanciamento, Empréstimos Bancários ou outros.</p>	<p>"Cf. Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento, por Capitais Próprios, aumento do Capital Social, Suprimentos, Autofinanciamento, Empréstimos Bancários ou outros. Neste âmbito, importa assegurar os seguintes requisitos:</p> <p>(i) Autofinanciamento: Neste caso, deverá ser utilizado em cada ano de execução do investimento, um valor de autofinanciamento, que tenha como limite os meios libertos líquidos (Resultados Líquidos + Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização + Imparidades + Provisões + Aumentos/Reduções de justo valor) obtidos no ano pré-projeto.</p> <p>(ii) Capitais Próprios: Consideram-se capitais próprios, o Capital Próprio da Empresa incluindo novas entradas de capital (capital social, incorporação de suprimentos e prestações suplementares de capital).</p> <p>(iii) A realização de Capital Social e ou Suprimentos e prestações suplementares de capital deve ser comprovada através da apresentação da apresentação de balanço intermédio certificado por ROC ou TOC.</p> <p>(iv) No caso de recurso a empréstimo, a entidade beneficiária deve apresentar documento de instituição financeira com o compromisso efetivo do financiamento em causa;</p> <p>(v) Em qualquer dos casos, os documentos comprovativos deverão ser apresentados no limite até à data de assinatura do Termo de Aceitação.</p>
<p>15 - Informação Económica Financeira do Beneficiário (dos últimos 3 anos)</p>	<p>Cf. Balanço e Demonstração de Resultados, devidamente aprovados, quando aplicável, e IES (dos últimos 3 anos)</p>
<p>21 - No caso de o IVA ser apresentado como despesa elegível em sede de candidatura, a mesma deve ser instruída com declaração emitida pela Autoridade Tributária.</p>	<p>Cf. Declaração emitida pela Autoridade Tributária (evidência do pedido da declaração aquando da submissão da candidatura devendo a mesma ser entregue aquando do 1º Pedido de Pagamento)</p>
<p><b>Documentos Específicos (por tipologia) a anexar à candidatura</b></p>	
<p><b>Linha de Ação A. Qualificação de Operadores-marítimo-turísticos do Litoral Norte</b></p>	
<p><b>Específicas</b></p>	
<p>A.1 - As operações devem ser apresentadas por empresas por "Operadores marítimo-turísticos" na aceção do RNT registados no Registo Nacional de Turismo (à data de submissão da candidatura) e localizados no Litoral Norte (com sede ou representação formal)</p>	<p>Cf. Registo no Registo Nacional de Turismo o qual deve evidenciar também que a empresa tem sede ou representação formal no Litoral Norte</p>

## Anexo V - Território de Abrangência do GAL Costeiro Litoral Norte

*[Handwritten signature]*



- 1 - Valença - União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão
- 2 - Valença - São Pedro da Torre
- 3 - Vila Nova de Cerveira - União de freguesias de Campos e Vila Meã
- 4 - Vila Nova de Cerveira - União de freguesias de Reboreda e Nogueira
- 5 - Vila Nova de Cerveira - União de freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe
- 6 - Vila Nova de Cerveira - Loivo
- 7 - Vila Nova de Cerveira - Gondarém
- 8 - Caminha - Lanhelas
- 9 - Caminha - Seixas
- 10 - Caminha - União de freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho
- 11 - Caminha - União de freguesias de Moledo e Cristelo
- 12 - Caminha - Vila Praia de Âncora
- 13 - Caminha - Âncora
- 14 - Viana do Castelo - Afife
- 15 - Viana do Castelo - Carreço
- 16 - Viana do Castelo - Areosa
- 17 - Viana do Castelo - União de freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela
- 18 - Viana do Castelo - Darque
- 19 - Viana do Castelo - Anha
- 20 - Viana do Castelo - Chafé
- 21 - Viana do Castelo - Castelo do Neiva
- 22 - Esposende - Antas
- 23 - Esposende - União de freguesias de Belinho e Mar
- 24 - Esposende - União de freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra
- 25 - Esposende - União de freguesias de Apúlia e Fão



## Anexo VI - Declaração de Consentimento



\_\_\_\_\_ (Nome do beneficiário), em conformidade com o n.º2 do artigo 5º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, declara consentir a reprodução do seu Cartão de Cidadão n.º \_\_\_\_\_, por fotocópia ou qualquer outro meio, exclusivamente para efeitos de identificação perante o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (data)


\_\_\_\_\_ (Assinatura do beneficiário)

*Declaro que verifiquei a assinatura com a do Cartão de Cidadão.*

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (data)

\_\_\_\_\_ (Assinatura do técnico da entidade recetora)

## Orientação Técnica Específica

 PROGRAMA OPERACIONAL 2020	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	



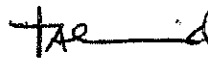
A presente OTE constitui um instrumento de apoio receção e análise das operações apresentadas ao abrigo da Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto e alterações.

Tendo presente a vasta amplitude das possibilidades de intervenção da Prioridade 4 e a necessidade de acautelar a adequada aplicação das regras inscritas no Regulamento (UE) n.º 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de maio de 2014, importa, pois, clarificar as ações que se pretendem ver desenvolvidas em cada um dos domínios de intervenção previstos na Portaria referida, bem como esclarecer quanto à elegibilidade das despesas decorrente da sua materialização.

O disposto na atual versão deste documento não prejudica a sua adaptação e melhoria no tempo, decorrentes da experiência da utilização desta Medida, bem como do interesse que venha a ser manifestado pelos GAL-Pesca, sempre que tal não comprometa a boa aplicação da legislação nacional e europeia mencionadas.


De acordo com o n.º 1 do artigo 63.º do Regulamento (UE) n.º 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, o apoio à execução das estratégias de desenvolvimento local de base comunitária pode ser concedido para os seguintes objetivos:

- a) Acrescentar valor, criar empregos, atrair jovens e promover a inovação em todas as fases da cadeia de abastecimento dos produtos da pesca e da aquicultura;
- b) Apoiar a diversificação dentro ou fora da pesca comercial, a aprendizagem ao longo da vida e a criação de emprego em zonas de pesca e de aquicultura;
- c) Promover e capitalizar o património ambiental das zonas de pesca e de aquicultura, inclusive graças a ações destinadas a atenuar as alterações climáticas;

 PORTUGAL 2020		 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas		A Gestora  Teresa Almeida	8/02/2018
					Página 1 de 14



## Orientação Técnica Específica

	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	

d) Promover o bem-estar social e o património cultural nas zonas de pesca e de aquicultura, incluindo o património cultural marítimo, das pescas e da aquicultura;

e) Reforçar o papel das comunidades de pescadores no desenvolvimento local e na governação dos recursos locais da pesca e das atividades marítimas.

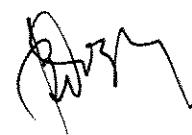
Mais prevê no n.º 2 do mesmo artigo 63.º que o apoio referido no n.º 1 pode incluir medidas previstas ao nível das Prioridades 1, 2 e 5, com exceção do apoio a Plano de Produção e Comercialização e da Ajuda ao Armazenamento, **desde que a sua gestão ao nível local seja claramente fundamentada**. Nos casos em que seja concedido apoio a operações correspondentes a essas medidas de Prioridades distintas, são aplicáveis as **condições pertinentes e as tabelas de contribuição por operação** previstas ao nível dessas outras Prioridades.

Na versão inicial da presente OTE, ficou expressa como nota geral que «*não serão elegíveis as operações passíveis de enquadramento nas restantes Medidas do Programa Operacional Pesca 2014-2020*», com o objetivo de evitar a sobreposição entre as medidas de apoio da Prioridade 4 e as restantes medidas do Programa Operacional (PO), maximizando-se, assim, a utilização dos apoios especificamente previstos para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).


Entretanto, considerando:

- O universo de candidaturas já apresentadas com vista à execução das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL);
- A circunstância de algumas dessas candidaturas serem potencialmente enquadráveis noutras medidas do PO;
- A necessidade de reforçar a execução ao nível da Prioridade com vista ao cumprimento do indicador financeiro previsto no quadro de desempenho, determinante para a obtenção da reserva de eficiência;

	 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	 A Gestora Teresa Almeida	8/02/2018
			Página 2 de 14



## Orientação Técnica Específica

 PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2020	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	

Conclui-se não se justificar restringir o âmbito das candidaturas elegíveis ao nível desta Prioridade 4, antes se alargando essa elegibilidade tanto quanto o Regulamento FEAMP o permite, pelo que se anula, com efeitos reportados à data de emissão da versão inicial da presente OTE, a regra de que «*não serão elegíveis as operações passíveis de enquadramento nas restantes Medidas do Programa Operacional Pesca 2014-2020*».


Neste contexto, e tendo presentes as tipologias de operações identificadas no art.º 4º do regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto, são fixadas as seguintes regras de elegibilidade:

### 1. Inovação em espaço marítimo

São suscetíveis de financiamento operações que visem:

- Desenvolvimento de investigação e/ ou materialização de novas metodologias de produção ou de organização de entidades, que exercem, ou pretendem exercer, a sua atividade em espaço marítimo;
- Desenvolvimento de novos produtos de algum modo relacionados com o espaço marítimo;
- Criação de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar;
- Investigação que considere as diferentes possibilidades económicas em meio marinho, designadamente, a sua reabilitação e mitigação dos impactos da ação ambiental e humana ou a exploração de outros usos que vão além da pesca, aquicultura e transformação dos correspondentes produtos, uma vez que o apoio a estas intervenções encontra-se considerado nas Prioridades 1 e 2 do Programa Operacional MAR 2020.

## Orientação Técnica Específica

	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	



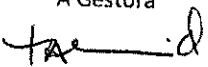
As operações desenvolvidas devem apresentar, obrigatoriamente, um elemento de novidade ou de melhoria substancial (produto, equipamento, técnica, processo, sistema de gestão ou de organização), ainda que a nível local.

### 1.1. Despesas Elegíveis

- Investimentos materiais ou imateriais;
- Nos casos em que a operação tenha por objeto investigação, poderão ser elegíveis as despesas com pessoal diretamente ligadas à operação (remunerações e encargos sociais obrigatórios) subordinando-se as mesmas a um determinado critério de afetação, bem como aos limites pecuniários definidos para as restantes Medidas do Programa Operacional relativas a investigação;
- Deslocações e estadas diretamente ligadas à operação, com as regras e limites previstos para a Administração Pública;
- Relativas a trabalhos ligados à preparação, acompanhamento, avaliação e divulgação dos resultados da operação;
- Construção ou obras de adaptação/ modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos;
- Aquisição ou aluguer de equipamentos indispensáveis ao cumprimento dos objetivos da operação e sua instalação, podendo ser fixado um critério de afetação parcial;
- Outras despesas consideradas indispensáveis à execução da operação/ investimento a fixar, pelo GAL, no anúncio de abertura de candidaturas, desde que diretamente relacionadas com a operação.


### 1.2. Despesas Não elegíveis

- Bens imóveis, incluindo terrenos, bem como automóveis;
- Equipamentos em estado de uso;
- Telemóveis, material e mobiliário de escritório;

	 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	A Gestora  Teresa Almeida	8/02/2018
			Página 4 de 14



## Orientação Técnica Específica

	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	<b>ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES</b>	

- Despesas de funcionamento do beneficiário, com exceção das acima mencionadas;
- Despesas que visam dar cumprimento a normas europeias, após a data em que as mesmas se tornaram obrigatórias.

### 1.3. Obrigações dos beneficiários

Sempre que a operação tenha por objeto investigação:

- O cronograma dos trabalhos terá de considerar, obrigatoriamente, uma fase relativa à divulgação dos resultados, que terá de ser sujeita a evento de divulgação, de acesso ao público em geral;
- Terá o beneficiário de produzir um relatório, em conformidade com o que vier a ser definido pela Autoridade de Gestão do MAR 2020, cuja cópia terá de ser remetida à entidade responsável pelo controlo administrativo do pedido de pagamento.



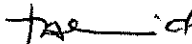
## 2. Qualificação escolar e profissional relacionada com o meio aquático


Neste domínio são suscetíveis de financiamento operações que visem:

- Capacitação de atores, incluindo jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao meio aquático;
- Melhoria das suas competências e da sua capacidade de adaptação aos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira e do turismo, devidamente certificada.


### 2.1. Despesas Elegíveis

- Aquisição de serviços de formação profissional que confirmem certificação escolar ou profissional;
- Encargos com formandos (alimentação, transporte e alojamento) em ações de formação certificada, de acordo com os limites que vierem a ser fixados pela Autoridade de Gestão em orientação técnica;

	 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	A Gestora  Teresa Almeida	8/02/2018
			Página 5 de 14



## Orientação Técnica Específica

	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	




- Encargos com outro pessoal não docente (pessoal dirigente, técnico, administrativo, bem como outro pessoal envolvido nas fases de conceção, preparação, desenvolvimento, gestão, acompanhamento e avaliação da operação);
- Rendas e alugueres de equipamentos ou instalações;
- Aquisição de equipamentos e bens móveis, nos termos e limites estabelecidos no Aviso de abertura de concurso;
- Despesas com aquisição, elaboração e reprodução de recursos didáticos, aquisição de livros e de documentação, despesas com materiais pedagógicos;
- Relativas a divulgação da operação;
- Realização de seminários, workshops e outros eventos de natureza informativa;
- Outras despesas consideradas indispensáveis à execução da operação/ investimento a fixar pelo GAL-Pesca, no anúncio de abertura de candidaturas, desde que diretamente relacionadas com a operação.


### 2.2. Despesas Não elegíveis

- Bens imóveis, incluindo terrenos, bem como automóveis;
- Equipamentos em estado de uso;
- Despesas de funcionamento do beneficiário, com exceção das acima identificadas;
- Despesas que visam dar cumprimento a normas europeias, após a data em que as mesmas se tornaram obrigatórias.


### 3. Promoção de Planos do Mar

Neste domínio são suscetíveis de financiamento operações que visem o desenvolvimento do conceito de «Aldeias de Mar» iniciado no âmbito do PROMAR e sua articulação com os «Polos de Mar» previstos na Estratégia Nacional para o Mar, incluindo intervenções que visem o desenvolvimento de ações que converjam para a consolidação destes conceitos.

	 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca	A Gestora  Teresa Almeida	8/02/2018
			Página 6 de 14



## Orientação Técnica Específica

 PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2019	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	

**Aldeia de mar** – conceito operativo de planeamento regional que compreende a identificação e agregação de um conjunto de freguesias representativas de uma determinada comunidade piscatória, reconhecida e em atividade, localizada numa área costeira ou estuarina, com expressão relevante e singular de uma atmosfera piscatória e/ou balnear e das respetivas atividades e tradições, cuja preservação é valorizada.



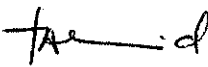
As operações devem identificar:

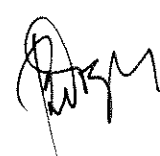
- As freguesias abrangidas;
- Uma visão e uma estratégia de desenvolvimento que articule as diferentes atividades económicas locais ligadas ao mar;
- Um plano de ação para a sua implementação;
- Uma metodologia de avaliação da execução e dos resultados;
- Uma imagem identitária que deverá ser utilizada pelos agentes implementadores da estratégia;
- Um levantamento das possibilidades de financiamento das operações a desenvolver no âmbito da materialização da estratégia (de cariz empresarial, cultural ambiental e social, de iniciativa pública ou privada), bem como correspondentes declarações de compromissos/ intenções de candidaturas.

A cada região/ freguesia poderá apenas corresponder um **Plano de Mar** durante a totalidade do período de programação 2014/2020.

### 3.1. Despesas Elegíveis


- Elaboração de estudos;
- Despesas com pessoal diretamente ligadas à operação (remunerações e encargos sociais obrigatórios) subordinando-se as mesmas a um determinado critério de afetação, bem como aos limites pecuniários definidos para as restantes Medidas do Programa Operacional relativas a investigação;
- Deslocações e estadas diretamente ligadas à operação, com as regras e limites previstos para a Administração Pública;

 PORTUGAL 2020	 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	A Gestora  Teresa Almeida	8/02/2018
			Página 7 de 14





## Orientação Técnica Específica

 PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2020	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	

- Despesas relacionadas com ações de divulgação e de capacitação de atores;
- Criação de slogans, rótulos ou material de promoção, bem como de sítios na internet, necessários à realização de atividades promocionais, desde que não relacionados com marcas comerciais;
- Investimentos materiais ou imateriais, trabalhos ou equipamentos imprescindíveis à execução da operação;
- Outras despesas consideradas indispensáveis à execução da operação/ investimento, a fixar pelo GAL-Pesca no anúncio de abertura de candidaturas, desde que diretamente relacionadas com a operação.




### 3.2. Despesas Não elegíveis


- Bens imóveis, incluindo terrenos, bem como automóveis;
- Equipamentos em estado de uso;
- Despesas de funcionamento do beneficiário, custos correntes e de manutenção;
- Trabalhos da entidade beneficiária para ela própria.

### 4. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos


Neste domínio são suscetíveis de financiamento operações que visem intervenções que promovam a realização de ações em património edificado, natural e/ou simbólico, associado ao espaço marítimo, das quais decorra a melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores, assim como o bem-estar das correspondentes comunidades, nomeadamente através de:

- Reabilitação de edifícios de traça tradicional para afetação a outros fins relacionados com atividades marítimas;
- Preservação, recuperação e valorização de práticas e tradições culturais e dos recursos naturais, associados ao espaço marítimo;

 PORTUGAL 2020	 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	A Gestora  Teresa Almeida	8/02/2018
			Página 8 de 14



## Orientação Técnica Específica

 PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2020	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	

- Estudo e outras operações que contribuam para a preservação, recuperação, valorização e promoção dos recursos culturais, naturais e paisagísticos;
- Instalação de sinalética e de passadiços relativos a itinerários associados ao espaço marítimo.

### 4.1. Despesas Elegíveis

- Construção ou obras de adaptação/ modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos;
- Aquisição de equipamentos, com as limitações que venham a ser fixadas no Aviso de abertura do GAL-Pesca;
- Sinalética de itinerários paisagísticos e ambientais;
- Elaboração de estudos, produção de filmes ou de outros documentos relativos ao património alvo da intervenção e despesas relativas à sua divulgação.



### 4.2. Despesas Não elegíveis

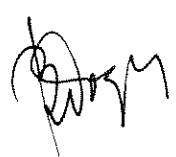
- Bens imóveis, incluindo terrenos, bem como automóveis;
- Aquisição de bens em estado de uso;
- Trabalhos da entidade beneficiária para ela própria.
- Despesas de funcionamento do beneficiário, custos correntes e de manutenção.

### 5. Reforço da competitividade da pesca


[tipologia de acesso limitado a Associações de Pescadores ou de Produtores da Pesca, a micro empresas e a empresários em nome individual]

Neste domínio são suscetíveis de financiamento operações que visem a criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes,

	 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	A Gestora  Teresa Almeida	8/02/2018
			Página 9 de 14



## Orientação Técnica Específica

 PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2020	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	

relacionadas com a 2ª venda dos produtos da pesca e da aquicultura (venda a retalho ou ambulante).

### 5.1. Despesas Elegíveis

- Aquisição de viaturas adaptadas ao transporte de produtos alimentares sob temperatura dirigida;
- Aquisição de contentores isotérmicos para transporte e armazenagem de pescado e de gelo;
- Sistemas e equipamentos necessários ao processo de preparação, transformação, tratamento, conservação, acondicionamento e embalagem, armazenagem e comercialização do pescado;
- Outras despesas consideradas indispensáveis à execução da operação/ investimento a fixar pelo GAL-Pesca no anúncio de abertura de candidaturas, desde que diretamente relacionadas com a operação.



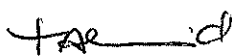
### 5.2. Despesas Não elegíveis


- Bens imóveis, incluindo terrenos;
- Despesas com investimentos de substituição;
- Equipamentos em estado de uso;
- Trabalhos da entidade beneficiária para ela própria.

## 6. Reforço da competitividade do turismo


Neste domínio são suscetíveis de financiamento operações que visem:

- Criação e ou dinamização de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao meio aquático, promovendo o turismo de âmbito local;
- Criação, recuperação e modernização das estruturas e equipamentos ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo aquático.

	 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	A Gestora  Teresa Almeida	8/02/2018
			Página 10 de 14



## Orientação Técnica Específica

 PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2020	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	


### 6.1. Despesas Elegíveis

- Construção ou obras de adaptação/ modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos;
- Aquisição de equipamentos informáticos, hardware e software e criação de sítios na internet, relacionados com a atividade a desenvolver e sua instalação;
- Aquisição de embarcações marítimo turísticas;
- Compra, adaptação e/ ou apetrechamento de embarcações com vista à sua utilização no apoio à saúde de populações de acesso condicionado;
- Modernização de antigas embarcações;
- Aquisição de equipamentos para a realização de desportos aquáticos e de pesca lúdica;
- Criação de slogans, rótulos ou material de publicitário, necessários à realização de atividades promocionais, desde que não relacionados com marcas comerciais;
- Outras despesas consideradas indispensáveis à execução da operação/ investimento a fixar pelo GAL-Pesca, no anúncio de abertura de candidaturas, desde que diretamente relacionadas com a operação

### 6.2. Despesas Não elegíveis

- Despesas de funcionamento do beneficiário, custos correntes e de manutenção;
- Bens imóveis, incluindo terrenos, bem como automóveis;
- Equipamentos em estado de uso;
- Trabalhos da entidade beneficiária para ela própria.

## Orientação Técnica Específica

 PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2020	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	

### 7. Promocção de produtos locais de qualidade

Neste domínio são suscetíveis de financiamento operações que visem a melhoria da qualidade dos produtos e a promoção da utilização de recursos endógenos relacionados com o meio aquático, nomeadamente:

- Estudos, projetos e pesquisas, com vista a definição de posicionamento do produto num dado mercado;
- Elaboração e implementação de planos de comercialização ou marketing, incluindo ações de promoção fundamentadas nestes planos;
- Campanhas de comunicação e marketing;
- Campanhas de sensibilização (locais).



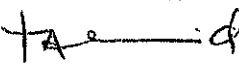
As ações referidas estão limitadas ao mercado interno da União Europeia e não podem visar marcas comerciais.


#### 7.1. Despesas Elegíveis

- Estudos, projetos e pesquisas de mercado;
- Planos de marketing e/ou branding;
- Aquisição de software aplicacional;
- Conceção e produção de material informativo e promocional sobre as características específicas dos produtos em questão, desde que não relacionados com marcas comerciais;
- Custos de participação em feiras, certames e concursos nacionais e internacionais, tais como deslocações, ingressos e aluguer de stands ou respetivos espaços.


#### 7.2. Despesas Não elegíveis

- Custos com certificações de qualidade;

		 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas		A Gestora  Teresa Almeida	8/02/2018
					Página 12 de 14



## Orientação Técnica Específica

 mar 2020 PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2014	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	

- Despesas que se revelem dispensáveis aos objetivos da operação, designadamente, relativas a brindes ou outras ofertas que não contenham conteúdo informativo ou que não facilitem o acesso a informação relacionada com a operação;
- Despesas de funcionamento do beneficiário, custos correntes e de manutenção;
- Trabalhos da entidade beneficiária para ela própria.

### 8. Melhoria dos circuitos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar

[tipologia de acesso limitado a Associações de Pescadores ou de Produtores da Pesca, a micro empresas, a empresários em nome individual, a entidades da Administração Local ou por ela geridas]

Neste domínio são suscetíveis de financiamento operações que visem a criação de novas metodologias e espaços de distribuição e de comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura (2ª venda), incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação.

Os apoios previstos compreendem, designadamente, as seguintes ações:

- Criação de peixarias e/ou modernização de infraestruturas existentes, designadamente, modernização de mercados;
- Ações de promoção e de sensibilização para a comercialização de proximidade que permitam escoar e valorizar a produção local.


#### 8.1. Despesas Elegíveis

- Construção ou obras de adaptação/modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos;
- Aquisição de equipamentos para preparação, embalagem e acondicionamento de produtos;

 PORTUGAL 2020	 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	A Gestora  Teresa Almeida	8/02/2018
			Página 13 de 14





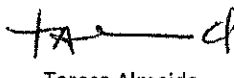
## Orientação Técnica Específica

	Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	Nº 2/2017 Versão 2.0
	ÂMBITO E ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES	

- Aquisição de bancas de venda e sinalética;
- Aquisição de viaturas adaptadas ao transporte de produtos alimentares sob temperatura dirigida;
- Aquisição de contentores isotérmicos para transporte e armazenagem de pescado e de gelo;
- Conceção e produção de embalagens e rótulos;
- Equipamento informático, incluindo o desenvolvimento de plataformas eletrónicas de comercialização e websites;
- Outras despesas consideradas indispensáveis à execução da operação/ investimento a fixar pelo GAL-Pesca, no anúncio de abertura de candidaturas, desde que diretamente relacionadas com a operação

### 8.2. Despesas Não elegíveis

- Despesas de funcionamento do beneficiário, custos correntes e de manutenção;
- Trabalhos da entidade beneficiária para ela própria;
- Equipamentos em estado de uso.

	 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	 A Gestora Teresa Almeida	8/02/2018
			Página 14 de 14

